



vernável. Entretanto, a USP está hoje com mais de 80 mil alunos e a Unicamp com 33 mil. Os tempos são outros?

**Tadeu** — Com os dados que tinha na época, com o contexto e as condições existentes há trinta ou quarenta anos, a previsão poderia até estar correta. Entretanto, não creio que o professor Zeferino se referisse a um horizonte de tempo demasiado largo. Coisas importantes aconteceram desde então. Ele ajudou a estruturar as bases da pós-graduação no início dos anos 70 e o fez com grande clareza, mas talvez não imaginasse que, por força até da vocação que imprimiu à pesquisa, a pós-graduação na Unicamp viria a ter praticamente o mesmo número de alunos da graduação, com uma produção que representa hoje aproximadamente 12% da pós brasileira. Ele seria o primeiro a admitir que essa peculiaridade atual da Unicamp qualificou tremendamente o modelo e foi um dos grandes aperfeiçoamentos do modelo ao longo dos anos. Um segundo aspecto é que as novas tecnologias de ensino, que Zeferino não poderia ter conhecido e tampouco prever, permitiram à universidade ter um maior número de alunos sem o aumento correspondente do número de docentes, de técnicos e de infra-estrutura de ensino nos moldes clássicos. Penso que se pode colocar aí um terceiro fator, que é a grande especialização profissional ocorrida ao longo destas quatro décadas. Quarenta anos atrás nós tínhamos profissões, digamos, mais tradicionais, e embora a Unicamp já inovasse nesse campo — por exemplo ao instalar uma escola de engenharia de alimentos, sendo que até ali alimentos era apenas uma especialização dentro das engenharias —, talvez não se pudesse prever a multiplicidade de especializações que viriam depois, tornando obrigatório o surgimento de cursos novos, de áreas novas, em sintonia com as necessidades do cenário. Isto levou a Unicamp, de modo muito congruente com o modelo, a ampliar o número de alunos para poder abranger essas novas áreas, das quais absolutamente ela não poderia passar ao largo. São fatores que dificilmente poderiam ser prognosticados. E

com isso a Unicamp tem hoje, aliás felizmente, o dobro do número de alunos previstos na origem do campus de Campinas.

**JU** — Que conseqüências essa realidade não prevista traz para o futuro da Unicamp?

**Tadeu** — É uma questão que nos leva a outra reflexão importante. Os estudos que estão sendo feitos atualmente em torno do Plano Diretor mostram que o campus de Campinas está, se não saturado, muito próximo do seu limite de saturação. Já não é possível pensar em expansões significativas, seja na graduação seja na pós-graduação, no campus central. Circulam diariamente pelas ruas do campus cerca de 30 mil veículos, temos uma planta física com pequenas possibilidades de expansão e há unidades que, para crescer, teriam que alterar o local de sua sede ou então estrangularem-se fisicamente, o que aliás já começa a acontecer. A expansão da oferta de vagas levou a um crescimento da relação professor/aluno que faz com que a capacidade de atendimento adequado aos alunos também esteja muito próxima do limite. E, o que talvez seja o maior obstáculo a qualquer expansão, a questão orçamentária não permite acréscimo de contratações senão muito pontuais.

**JU** — Daí o “projeto Limeira”.

**Tadeu** — Tudo isso foi levado em conta na definição do projeto Limeira. A preocupação da Unicamp com uma expansão ordenada das vagas na graduação juntou-se o fato de a universidade possuir em Limeira uma gleba de 500 mil metros quadrados, ociosa. Estimulado pelo programa de expansão de vagas do Estado, o Conselho Universitário autorizou a preparação de um projeto para mil vagas novas, com cursos inteiramente novos, o que deverá resultar em aproximadamente 4.200 estudantes de graduação ao fim dos primeiros quatro anos a partir do início de funcionamento do novo campus, aos quais se somarão de 3 a 4 mil estudantes de pós-graduação, o que seria também a capacidade limite daquela área física. O projeto foi elaborado e aprovado pelo Conselho e está vinculado a um aumen-

to do orçamento da Unicamp pelo Estado, já que não há margem no orçamento atual para uma expansão de vagas dessa envergadura. Ou seja, o acréscimo de 0,05% na cota-parte do ICMS que cabe à Unicamp é absolutamente indispensável para que o projeto seja viabilizado. Caso a incorporação desse acréscimo ocorresse ainda este ano, o campus começaria a funcionar em 2007. Entretanto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 não foi votada até agora e o adicional de 0,05% precisa ainda ser incorporado ao texto. A Unicamp fez a sua parte, estabelecendo 12 cursos que já foram inclusive aprovados pelo Conselho; agora é esperar que a Assembléia Legislativa e o governo do Estado façam a parte deles.

**JU** — Como está hoje a Unicamp em termos de produção e de financiamento da pesquisa?

**Tadeu** — Um bom termômetro do desempenho da pesquisa numa universidade é o número de publicações científicas em revistas internacionais indexadas e, no caso das humanidades e das artes, a produção de livros, de artigos e a realização de produtos culturais. Cada área tem sua especificidade e, portanto, seus produtos são distintos entre si. Embora a Unicamp não esteja, do ponto de vista estritamente físico, entre as maiores universidades do país, ela é a universidade brasileira com maior inserção per capita de artigos científicos em revistas internacionais. Isso reflete a densidade e a qualidade de sua pesquisa. No entanto ainda temos espaço para crescer, para nos aproximarmos ainda mais dos parâmetros praticados nos países desenvolvidos. Acho que estamos caminhando para isso. Para que haja crescimento é fundamental que haja um movimento correspondente do sistema de fomento, um financiamento de apoio às atividades de pesquisa que funcione adequadamente. Tomando-se por base o patamar de qualidade e de estabilidade que as agências de fomento — Fapesp, CNPq, Capes, Finep — alcançaram nos últimos tempos, é possível esperar que isso aconteça. Havia uma grande expectativa em relação aos

fundos setoriais, que vieram para alavancar significativamente o financiamento da pesquisa no país, e aqui pode-se dizer que essa expectativa não se cumpriu inteiramente. Os recursos definidos por lei para os fundos setoriais não estão sendo aplicados como deveriam e as sucessivas medidas de contingenciamento, os entraves e dificuldades para liberação de recursos têm sido motivo de desapontamento e frustração no meio acadêmico. Entretanto, os fundos permanecem como o grande fator capaz de alavancar a pesquisa no país e a Unicamp certamente se beneficiaria grandemente disso pela quantidade e qualidade de seus grupos de pesquisa.

**JU** — Nos últimos dois anos, o Conselho Universitário se manifestou mais de uma vez sobre o atual projeto de reforma universitária, com restrições sérias. Em sua opinião, a universidade brasileira precisa ser reformada?

**Tadeu** — Acredito que a universidade, em especial a universidade pública, tem que estar sintonizada com um determinado projeto de país. O projeto de país deveria necessariamente preceder o projeto de universidade. Não creio que o Brasil tenha um projeto claro de si mesmo, isto é, um projeto que defina formas sustentadas de desenvolvimento econômico e social e, inclusive, identifique os campos sociais e profissionais onde a universidade deveria concentrar o seu esforço de formação. Escolher os vetores de desenvolvimento significa analisar, por exemplo, o potencial de produção agrícola do país e de transformação dessa produção para agregação de valor, significa projetar o potencial de turismo que o país possui, que todos sabemos imenso e praticamente inexplorado, como também delinear e implementar uma política industrial que defina áreas fortes em cada região, com investimentos segundo a vocação de desenvolvimento dessas regiões. Isso requer conhecimento e gente qualificada para trabalhar e tocar essas áreas. Quando isso estiver definido e a universidade puder sintonizar-se com essas metas, então poderíamos falar objetivamente

em um projeto de universidade. As questões ganhariam uma conotação muito mais qualificada do que têm hoje no projeto de reforma em tramitação, que não tem diagnóstico nem indicadores.

Um exemplo da distorção atual: metade das vagas oferecidas no ensino superior brasileiro se destina a cursos de administração de empresas, direito, pedagogia, letras e contabilidade. Ou seja, formamos milhares de administradores todos os anos e isso poderia levar a crer que em uma ou duas décadas seremos o país mais bem administrado do mundo. Ocorre que essa realidade não está em sintonia com as necessidades reais do país se levarmos em conta os três exemplos a que me referi, ou seja, o potencial agrícola e de agregação de valor, o potencial de turismo e o potencial industrial. Pouco ou nada dessas três perspectivas de desenvolvimento, para as quais o Brasil está claramente vocacionado, está contemplado nessas cinco profissões, que entretanto monopolizam metade das áreas de formação profissional em nossas escolas de ensino superior. Então é preciso estimular a formação em áreas específicas, levando em conta a vocação e as necessidades de cada região. A solução não é única para o país como um todo. O enfoque na produção agrícola, por exemplo, deve estar fortemente presente nas áreas de fronteira para o crescimento dessa produção, digamos na região Centro-Oeste e, como possibilidade de qualificação e otimização, no Sul e no Sudeste. O grande potencial turístico brasileiro está no Norte-Nordeste, enquanto o desenvolvimento industrial, dependendo do setor, ou já está concentrado no Sudeste ou deve ser estimulado em outras regiões. Se você me perguntar se a universidade precisa aumentar as oportunidades em seu sistema de formação, eu diria que sim, mas a resposta completa inclui outras questões: Onde? Qual é o projeto maior? Que áreas de formação implantar? A Unicamp não é absolutamente indiferente a isso. Nas duas vezes em que se manifestou sobre a matéria, era certamente nisso que o Conselho pensava.